



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 905/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

- 1- Processo TCE nº 1590/2015 (03 Volumes).**
- 2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- Órgão:** Serviço de Pronto Atendimento – SPA e Policlínica Danilo Corrêa.
- 4- Exercício:** 2014.
- 5- Responsável:** Sra. Liége de Fátima Ribeiro, Diretora Geral.
- 6- Unidade Técnica:** DICAD/AM – Relatório Conclusivo nº. 55/2015 (fls. 446/485).
- 7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1919/2015-ESB, do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas (fls. 493/504).
- 8- Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas. SPA e Policlínica Danilo Corrêa. Exercício 2014.

Contas irregulares. Alcance. Multa. Prazo. Recomendação à Origem. Determinação à Comissão de Inspeção.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante deste Acórdão, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar irregular as contas do Serviço de Pronto Atendimento – SPA e Policlínica Danilo Corrêa, exercício de 2014, de responsabilidade da Senhora **Liége de Fátima Ribeiro**, conforme o art. 22, inciso III, alínea “a” “b” “c” c/c art.25, da Lei n.º 2.423/96-LO/TCE, considerando as restrições sobreditas e não sanadas;

9.2- Considerar em alcance a ordenadora de despesa, Senhora Liége de Fátima Ribeiro, no montante de **R\$425.400,03** (quatrocentos e vinte e cinco mil, quatrocentos reais e três centavos), com devolução aos cofres públicos corrigidos nos moldes do art.304, inciso VI, da Resolução nº04/2002 - Regimento Interno do TCE, devido à restrição apontadas e não sanadas:

9.2.1- R\$159.964,05, correspondente ao item 6.14, a, do relatório/voto e restrição nº16 do Relatório de fls.446/485;

9.2.2- R\$ 57.550,50, correspondente ao item 6.14, b, do relatório/voto e restrição nº17 do Relatório de fls.446/485;

9.2.3- R\$ 91.140,30, correspondente ao item 6.14, c, do relatório/voto e restrição nº18 do Relatório de fls.446/485;

9.2.4- R\$ 97.850,00, correspondente ao item 6.14, d, do relatório/voto e restrição nº19 do Relatório de fls.446/485;

9.2.5- R\$ 18.895,18, correspondente ao item 6.15 do relatório/voto e restrição nº20 do Relatório de fls.446/485.



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 905/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

9.3- Aplicar multa à ordenadora, Senhora Liége de Fátima Ribeiro:

9.3.1- Por ATO PRATICADO COM GRAVE INFRAÇÃO À NORMA LEGAL OU REGULAMENTAR DE NATUREZA CONTÁBIL, FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA, OPERACIONAL E PATRIMONIAL, com base no art. 54, inciso ii, da lei 2.423/96 c/c com artigo 308, inciso vi, do regimento interno, diante das impropriedades relacionadas nos itens 6.1 a 6.13 do relatório/voto, no valor de **R\$22.000,00** (vinte e dois mil reais);

9.3.2- Por ATO DE GESTÃO ILEGÍTIMO OU ANTIECONÔMICO DE QUE RESULTE INJUSTIFICADO DANO AO ERÁRIO, com base no artigo 54, III, da Lei Orgânica c/c artigo 308, V, do Regimento Interno, diante das impropriedades relacionadas nos itens 6.14 e 6.15 do relatório/voto, no valor de **R\$10.000,00** (dez mil reais).

9.4- Fixar o prazo de trinta dias para o recolhimento aos cofres públicos pelo responsável do valor das penalidades impostas, com comprovação perante este Tribunal, acrescido da atualização monetária e dos juros de mora devidos, nos termos dos arts.73 e 74 da Lei Estadual n.2423/96 e art. 169, I, da Resolução n.04/02-TCE;

9.5- Autorizar desde já instauração da cobrança executiva e demais procedimentos para inscrição do débito na Dívida Ativa, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, *ex vi* o art.173 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;

9.6- Recomendar à origem que:

9.6.1- Evite a contratação direta, promova licitação para a aquisição de bens e serviços, evitando o uso indiscriminado da dispensa de licitação com base no art. 24, II da Lei nº8.666/93, o que caracteriza fuga ao procedimento licitatório, nos termos do art. 37, XXI, da CF/88 c/c o art. 2º, da Lei 8.666/93;

9.6.2- Obedeça as regras da Lei de Licitações nos procedimentos licitatórios, seja na contratação direta ou não, tanto com relação aos documentos obrigatórios que devem compor o processo administrativo, como o Projeto Básico e justificativas de preço e/ou contratação, como o cumprimento dos limites legais para supressão, acréscimos e demais normas da Lei nº8666/93;

9.6.3- Regularize o mais breve possível as pendências de pagamento nos Contratos nº01/2013, 04/2014 e 01/2014, a fim de evitar impedimento ou retardamento na execução dos contratos;

9.6.4- Abstenha-se de comprar medicamentos e insumos sem cobertura contratual, promova a licitação para comprar tais produtos, evitando o uso indiscriminado de pagamentos a título de indenização, em atendimento ao art. 37, XXI, da CF/88 c/c o art. 2º, da Lei nº 8.666/93;

9.6.5- Regularize o registro de entrada de material no almoxarifado da Unidade.

9.7- Determinar à Comissão de Inspeção do órgão técnico que observe, nas próximas inspeções, se as recomendações foram consideradas pela origem e regularizadas as impropriedades encontradas na instrução processual.

10- Ata: 40ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 28 de outubro de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Júlio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,
Edição nº _____
De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

ACÓRDÃO Nº 905/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral